

CLIPPING IMPRESSO 25/12/2017



INDICE

	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO			
	1.1. DECISÕES	1		
	1.2. DESEMBARGADOR	2		
	1.3. ORÇAMENTO	3		
	1.4. PLANTÃO NO TJMA	4	:	
	1.5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	5		
2.	JORNAL PEQUENO			
	2.1. ASSESSORIA	6	-	7
	o o paramatan	_		_

ESTADO MAIOR

E MAIS

- Lúcio André Genésio foragido depois que teve a prisão preventiva decretada por agredir a companheira -, já tentou quatro habeas corpus na Justiça do Maranhão.
- À repórter Alessandra Rodrigues, da Mirante AM, a delegada Wanda Moura, da Delegacia Especial da Mulher, disse que a polícia segue tentando cumprir os mandados contra ele.

Homenagem a Palhano

O médico psiquiatra Ruy Palhano está encerrando 2017 com reconhecimento. Na semana passada, ele foi condecorado com a Medalha do Mérito "Manuel Beckman", em sessão realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Maranhão. A solenidade contou com a presença dos deputados Bira do Pindaré, Fábio Braga, Adriano Sarney, do presidente do Conselho Regional de Medicina, Dr. Abdon Murad, do desembargador Jorge Rachid Maluf, do procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho Martins, representante da OAB-MA, médicos, amigos e familiares. A iniciativa foi do deputado Levi Pontes.

Assembleia analisou 2,8 mil propostas, aponta relatório

Balanço das ações do Parlamento foi produzido pela Diretoria Legislativa, e refere-se ao período de 1º de fevereiro a 21 de dezembro de 2017

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, divulgou na sextafeira, 22, o balanço das ações desenvolvidas pela Diretoria Legislativa, através das Comissões técnicas permanentes e temporárias, no período de 1º de fevereiro a 21 de dezembro.

O relatório inclui a realização de reuniões deliberativas, audiências públicas e visitas, tanto na capital, como no interior. Constam no relatório os encaminhamentos das proposições apresentadas no Legislativo estadual, incluindo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O relatório também informou que apenas duas sessões plenárias deixaram de ser realizadas ao logo do ano.

Nesse período, foram encaminhadas um total de 2.848 proposições do Legislativo estadual, incluindo, Projetos de Leis, Emendas Constitucionais, Moções, Requerimentos, Indicações e Decretos Legislativos. A Casa realizou 165 sessões ordinárias e cinco sessões extraordinárias. Também teve encaminhamentos do Poder Executivo, no total de 102; do Judiciário, no total de 17 proposições; do Ministério Público foram seis encaminhamentos e dois do Tribunal de Contas do Estado.

Comissões

As atuações das comissões técnicas permanentes e temporárias também foram bastante significativas. Dos encaminhamentos de proposições feitas pelas comissões constam: 250 autógrafos de Projeto de Leis; 01, promulgação de Emenda Constitucional; 36 pro-



Relatório informou que apenas duas sessões deixaram de realizadas

mulgação de Resolução Legislativa; 04 promulgação de Decreto Legislativo; 06 promulgação de Lei Ordinária; 31 promulgação de Medida Provisória; 10 minutas de Projetos de Lei; 113 minutas de Indicação; 52 minutas de Requerimento; 07 minuta de Projeto de Resolução Legislativa e 04 minutas de Projeto de Decreto Legislativo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) ocorreram 46 reuniões ordinárias; 66 reuniões extraordinárias; 486 pareceres escritos e 94 verbais.

No total, Foram apreciadas 580 proposições, incluindo Medidas Provisórias, Projetos de Leis e Projetos de Leis Complementares, de autoria dos deputados, MP, TCE, do Judiciário e do Poder Executivo.

Dentre os projetos de leis apreciados pela CCJ consta o do deputado César Pires (PEN), que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que utilizam ou prestam serviços de entrega em motocicletas, motonetas e ciclomotores fornecerem os equipamentos de segurança exigidos para o uso desse transporte.

SAIBA MAIS

Vistoria

No dia 12 de dezembro, foi realizada uma vistoria na Barragem do Bacanga, para verificar a situação da obra, cuja previsão de entrega era agosto, mas continua atrasada. A demora tem prejudicado os moradores da região e pescadores que retiram o seu sustento da barragem, uma vez que a mortandade de peixes tem sido recorrente.

O que Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e ao uso da Energia Solar (Pró-Solar); do deputado Antônio Pereira (DEM), que institui a Região Turística Carolina e Riachão no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Maranhão; e o que institui o Dia Estadual da Balaiada.

São Luís tem rotina alterada durante o feriado de Natal

Shoppings, bancos e órgãos públicos, não funcionam hoje; UPAs atenderão normalmente



Assistência em pronto-atendimento, as UPAs funcionam no feriado

O feriado de Natal, comemorado hoje, 25, , mexe com a rotina da cidade. Os shoppings, por exemplo, que faturaram bastante até a noite de ontem, não abrirão as portas hoje. Idem os órgãos públicos municipais e estaduais, que só retomam a rotina amanhã. As atividades nas agências bancárias ficam suspensas em todo o Maranhão. Os hospitais de emergência e os plantões policiais, no entanto, funcionam hoje normalmente.

O expediente foi suspenso para o Poder Judiciário, valendo apenas a escala de plantão nesta segundafeira, tanto na primeira quanto na segunda instância. Isto para garantir o atendimento às demandas judiciais urgentes, na esfera cível e na criminal. As unidades de pronto-atendimento (UPAs) da capital estão atendendo normalmente hoje.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) informou que, por se tratar de uma atividade essencial, os

ABRE/FECHA

Supermercados Mateus

Fechados

Orgãos públicos municipais e estaduais

Não funcionam Shoppings

Fechados/exceto alimentação e cinema

Bancos

Atividades suspensas

Tribunal de Justiça

Funciona em escala de plantão

Unidades de Pronto Atendimento (UPA)

Atendem normalmente

supermercados podem funcionar em horário livre, desde que as empresas tenham interesse. Já o funcionamento do transporte público na capital será normal, ou seja, não haverá redução de frota, no sentido de que a população possa se deslocar com tranquilidade. ● Cidade da Justiça
Batido o martelo para a
construção do complexo Cidade da
Justiça, que será construído em terreno
localizado em frente ao Fórum de São Luís,
na Avenida Carlos Cunha, no Calhau. O
complexo será composto por três edifícios a serem
erguidos em área desmembrada do chamado Sítio
Santa Eulália, a fim de abrigar as sedes do Tribunal de
Justiça, da Procuradoria Geral do Estado e da
Defensoria Pública estadual.



O tendão de Aquiles do Direito Digital

A privacidade e a proteção de dados na Internet – que quando violados podem gerar responsabilidade civil e criminal para os autores – é hoje o tendão de Aquiles do Direito Digital, com os novos desafios que colocam em cheque o tradicionalismo do Direito frente aos avanços galopantes da tecnologia.

Como não existem fronteiras com relação aos assuntos relacionados ao Direito Digital, é necessário aprofundar a discussão sobre privacidade e Internet com foco no cenário atual da sociedade tecnológica.

O ponto central da questão é como viabilizar a operacionalização de um Direito eficaz no tempo e na garantia da privacidade sem limitar o avanço da tecnologia digital.

O cenário aponta que os operadores do Direito contemporâneos têm nas mãos um infinito de oportunidades advindas da tecnologia, mas também um infinito de desafios a serem enfrentados no presente e no futuro, diante da necessidade premente de conscientização dos riscos e oportunidades da vida digital.

E por isso que nos Estados Unidos e na Europa a educação digital já faz parte do currículo de aprendizado básico, com uma autoridade reguladora. Esse é o caminho que precisa ser traçado no Brasil, para que não fiquemos a reboque no bom aproveitamento das tecnologias.

O mundo virtual está tão umbilicalmente presente em nossas vidas que já não conseguimos nos imaginar sem ele. Somos dependentes dele e nele temos que saber nos conduzir com segurança.

Como a maioria da população não pércebe as implicações que o simples ato de estar conectado à Internet pode representar, é recomendável que os internautas tenham consciência de que seus atos podem gerar consequências. Além das leis já existentes no nosso ordenamento jurídico, muitas normas foram aprovadas nos últimos anos com o intuito de modernizar e adaptar a nossa legislação ao mundo digital.

Para dar diretriz aos diversos assuntos relacionados à Rede Mundial de Computadores, foi aprovada, em abril de 2014 – a Lei do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) –, que estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet, representando, em diversos pontos, um avanço ao ordenamento jurídico.

A regra que rege o mundo virtual é o da liberdade de expressão. No entanto, o direito à privacidade também deve ser respeitado por não existir no ordenamento jurídico um princípio superior ao outro.

Havendo conflito entre eles, a questão deverá ser resolvida levando-se em conta o princípio da dignidade da pessoa humana e o da proporcionalidade. Como na Internet as informações se multiplicam rapidamente, a observância ao direito à privacidade deverá ser maior. Assim, se um internauta se sentir lesado, poderá responsabilizar juridicamente o seu ofensor e ser indenizado por isso.

Înfelizmente, o relato de práticas de ilícitos cometidos pela Internet tem se tornado comum. Isso ocorre porque muitos internautas acreditam que não serão punidos. Acham que por não estarem frente a frente fisicamente com a sua vítima, não poderão ser identificados. Esse fato, porém, é equivocado, visto que a maioria dos internautas podem hoje ser facilmente identificados e punidos com base na legislação existente.

Na esfera criminal, temos a Lei 12.737/2012, que ficou nacionalmente conhecida como "Lei Carolina Dieckmann", que tipificou alguns crimes informáticos, como a invasão de dispositivos eletrônicos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) também contribuiu positivamente ao aprimorar, em seu artigo 241-A (Lei 11.829/2008), o crime de pedofilia infantil pela internet.

Verifica-se, portanto, que a Internet não é um território sem leis. Porém, resta um questionamento: será que as leis brasileiras conseguirão acompanhar a rapidez com que a Internet se revela de forma a garantir a sua eficácia na aplicação do caso concreto?

O recente caso envolvendo o Whatsapp que, por ter descumprido uma determinação judicial teve os seus serviços bloqueados por 48 horas, demonstra o quão sensível e delicado é o cenário digital atual.

Juridiquês

Fala-se que a imprensa odeia legislação pela tendência entre veículos de comunicação de ignorar os aspectos jurídicos dos fatos, seja pela aversão de jornalistas ao "juridiquês", ou pelo foco maior que dão ao sentimentalismo em coberturas de crimes de grande repercussão. Lições de jornalistas experientes ensinam que os temas que pautam a agenda nacional terminam sempre em legislação. Como a lei faz parte do mundo real, o bom jornalista tem que se ater a ela. Torna-se uma exigência profissional.

Espionagem

É possível comprar por menos de R\$ 1.000 o extrato de ligações telefônicas e torpedos de qualquer assinante, inclusive de autoridades públicas. Pessoas que se apresentam como detetives particulares e funcionários de empresas de telefonia comercializam o serviço, fazendo prosperar um mercado de espionagem ilegal.

Imprensa

Não é pela possibilidade de abuso que se pode restringir a atuação da imprensa. Liberdade de imprensa não tem meio termo. Os jornalistas não podem ser limitadas. O entendimento é do ex-presidente do STF, ministro Ayres Britto.

Mudanças

O Congresso precisa ser mais transparente em seus atos e vencer urgentemente o corporativismo dos parlamentares, que impede a adoção de medidas moralizadoras, sob o risco de não se reconciliar com a sociedade. O entendimento é dos jornalistas, que apontam a necessidade de mudanças profundas na estrutura do Parlamento brasileiro.



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, recebeu, na última quarta-feira (20), visita de cortesia do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), Edilson Baldez. O presidente da Fiema veio cumprimentar o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos pela posse no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. Ele desejou êxito ao magistrado no comando do Poder Judiciário nos próximos dois anos. Na oportunidade, foram discutidos vários assuntos de cunho institucional e o presidente da Corte estadual de Justiça, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, agradeceu a cordialidade do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Edilson Baldez.

NEUTRA - CM.: 56 (14 x 4 col)

EDITORIAL

O homem anda esquecido das Palavras de Jesus e é sempre bom relembrar.

GOL RELÂMPAGO QUE SÓ ENTRISTECE O CRIADOR

Na quarta feira última, o Jornal pequeno, divulgou em uma de sua páginas uma nota na qual enaltece o novo presidente do Tribunal de Justica Jose Joaquim Figueiredo, quando diz a matéria que Zé Joaquim marcou um gol relâmpago ao criar logo no início de sua nova gestão um programa que ele mesmo batizou de "Separação Comuniária" nos moldes dos Casamentos comunitários.

É com muita tristeza que leio uma noticia assim e faço a pergunta:

Porque em vez de criar um programa para facilitar o divórcio de casais que é o que Deus não se agrada, o meretrissimo juiz Zé Joaquim não pensou em criar um programa de reconciliação, uma bancada composta por pessoas que conhecem um pouco da Palavra de Deus e que sabem pela sabedoria que procede do alto (não do conhecimento adquirido nas universidades) que toda separação de um matrimônio é causada pela falta de um cordão de tres dobras onde falta a dobra maior, a dobra central, a dobra rejeitada pelos homens desde o inicio e que nada é impossível para Deus quanto mais reatar um relacionamento ou pôr em ordem uma união adoecida. Vamos adiante.

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justica, para que o homem de Deus seja apto e

plenamente preparado para toda boa obra. 2Timóteo 3:16,17)

Èntão sendo assim vamos aprender mais um pouquinho da Palavra. A Biblia diz assim: Quem se divorciar de sua mulher e se casar com outra mulher estará cometendo adultério, e o homem que se casar com uma mulher divorciada do seu marido estará cometendo adultério". (Lucas 16:18)

Mas eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher (exceto por imoralidade sexual) faz que ela se torne adúltera, e quem se casar com a mulher divorciada estará cometendo adultério". (Mateus 5:32)

Mas porque que a Palavra de Deus diz isso: Ela diz isso, porque Jesus não leva em conta divórcios (decididos não pelo motivo de traição) e sendo assim qualquer cidadão se divorciando por qualquer outro motivo e casando com outra (e vice- versa) está cometendo ato ilegal diante do Criador. Para Deus essa pessoa continua enlaçada matrimonialmente. .

Reflita nisso, você que está pensando em se divorciar.

Não caia na onda do mundo. O mundo não tem o Espirito e nem pode receber e nem o Conhece.

Digno entre todos seja o matrimônio, diz as Escrituras.

Não é justo jurar diante de um Deus Poderoso, prometer fidelidade até que a morte os separe e mas na frente brincar de casamento como se isso fosse normal e aceito por Deus por

vivermos em um outro seculo, em outras épocas.

Meu amigo que está pensando em tomar tal atitude. Pense bem. Tu tens o mapa da vida, o mapa para seres feliz com sua esposa e filhos,. Tu tens o mapa para que tua geração e a de teus filhos sejam prósperos.

Tempo algum, vai mudar o que está escrito na Palavra de Deus. Época alguma vai anular o que Deus determinou na sua palavra. Dr. José Joaquim, que o amigo pense bem nessa sua nova criação. Diz a Bíblia: "Não separe o homem aquilo que Deus uniu"e Não é de Deus esse programa e nem tenho receio de falar isso, (mesmo com pouco conhecimento que adquiri na minha vida sobre a Palavra) porque creio que Deus me deu essa missão enquanto vivo estiver. Com certeza esse programa não é o melhor para Ele.

Ta mais para uma contribuição do Tribunal de Justiça para desconstrução da familia. O perdão ainda está em vigor e estará para

Jesus me perdoou porque não posso perdoar o meu conjuge?

Como no futebol bem que o presidente do TJ poderia requisitar o juiz de video nesse momento para analisar com mais atenção a criação desse programa batizado de Separação comunitária.

Um porgrama que ao meu ver so dará incentivo maior para o fim de relacionamentos doentes que ainda podem ser curados por Deus.

RIBAMAR BOGEA FILLHO